

SECRETARIA
DA FAZENDA - SEFAZ

CONTROLADORIA-GERAL
DO PIAUÍ - CGE



PLANO ORÇAMENTÁRIO

**Superintendência da Secretaria de Fazenda do Estado
do Piauí - SUPCGE**

FICHA TÉCNICA

GOVERNANÇA

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário de Fazenda

MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA

Superintendente da Controladoria Geral do Estado

DIRETORES

ANTÔNIO LIMA BACELAR JÚNIOR

Diretor da Unidade de Corregedoria – UNICRG

KILMER TÁVORA TEIXEIRA

Diretor da Unidade de Controladoria - UNICONT

DÉCIO GOMES DE MOURA

Diretor da Unidade de Auditoria e Monitoramento - UNIAUD

GERENTES

BRUNO DOS SANTOS FIGUEREDO

Gerência de Avaliação e de Auditoria - GERAU

EVILSON LUIZ BONFIM DE OLIVEIRA

Gerência de Obras - GECOB

IRIANA FEITOSA DE OLIVEIRA

Gerência de Transferências – GETRA

RAPHAEL TEIXEIRA DE ARAÚJO LIMA

Gerência de Controle de Pessoal e Previdência - GEPEP

JOÃO FISHER RODRIGUES XAVIER

Gerente dos Núcleos Setoriais - GENUS

EDUARDO LUIZ SILVA DA FONSECA

Gerência de Controle de Sistemas e Transparência - GECST

GIOVANNA DE ANDRADE GARCIA

Gerencia de Acompanhamento da Gestão e de Regularidade Fiscal - GERAG)

SUMÁRIO

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 4

INTRODUÇÃO 5

KPA 2.7 DO MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... Erro!

Indicador não definido.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 6

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna apresenta-se como serviço independente e objetivo de avaliação e consultoria, criado para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos, a partir de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno.

No âmbito da Administração Estadual, a Superintendência da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí - SUPCGE, nos termos da Lei Estadual nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022 (Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí) e regulamentação pelo Decreto Estadual nº 22.033, de 28 de abril de 2023 (Regulamento Interno da SEFAZ-PI), é titular da competência de Coordenação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, contemplando as atividades (ou macrofunções) de Controladoria, Auditoria Interna e Correição.

A missão da auditoria interna do Poder Executivo do Estado do Piauí é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo à gestão avaliação, consultoria, insights e previsão independentes, baseados em riscos e objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

Assim, no organograma ou estrutura organizacional, a Diretoria da Unidade de Auditoria e Monitoramento (UNIAUD) representa a Unidade de Auditoria Interna da SUPCGE. Dentre outras atribuições, a ela compete estabelecer a estratégia global de auditoria, definindo o alcance, a época e a direção da auditoria, que servirão para orientar o desenvolvimento do plano anual de auditoria, dentre outras competências legais.

Além disso, importante frisar que supervisiona os trabalhos de avaliação e consultoria, indicando a equipe de cada trabalho, bem como o auditor responsável, incluindo questões de seleção, escopo, procedimentos, frequência, cronograma e conteúdo dos relatórios de auditoria.

INTRODUÇÃO

O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o setor público (Internal Audit Capability Model for the Public Sector), desenvolvido em 2009 pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA) e atualizado posteriormente em 2017, é um framework internacionalmente reconhecido que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de modo a atender às necessidades da administração da organização e às expectativas profissionais da função. É um modelo universal baseado em práticas líderes que podem ser aplicadas globalmente. O IA-CM é atualmente a ferramenta estratégica nacional recomendada aos membros do Conaci, com o objetivo de fortalecer a atividade de auditoria interna governamental no Brasil, mediante a Parceria instituída desde 2014 entre o Conaci e o Banco Mundial (World Bank).

Nessa perspectiva, a Superintendência da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, por meio Acordo de Empréstimo nº 9593-BR, pactuou com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD a adequação de suas atividades e processos aos requisitos das práticas internacionais de auditoria interna, visando à elevação do nível de maturidade na MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO IA-CM, tendo por meta o atingimento do nível 2 da Matriz.

Para tanto, fazem-se necessárias a formulação e institucionalização do conjunto de atividades e boas práticas de auditoria interna, reconhecidamente definidas, pesquisadas e instituídas pelo The Institute of Internal Auditors – IIA, do IIA-Global, ora representada pelo Instituto de Auditoria Interna do Brasil (IIA-Brasil).

Além disso, os padrões de auditoria interna pesquisados e definidos pelo IIA são estimulados e recomendados pelos principais órgãos de controle do Brasil, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), bem como pelo Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Assim, o atingimento do nível 2 da Matriz possibilitará a progressão no nível de maturidade instituído pelo IA-CM e, conseqüentemente, a evolução desta Controladoria para uma unidade mais forte, estruturada e eficaz em suas competências institucionais.

PLANO ORÇAMENTÁRIO

O presente Plano Orçamentário da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado do Piauí (SUPCGE/PI) tem como finalidade apresentar a programação das despesas e estimativas de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais no exercício do ano de 2026, em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Poder Executivo do Estado do Piauí.

A Superintendência de Controladoria-Geral do Estado do Piauí (SUPCGE/PI) exerce as funções de auditoria governamental, controladoria e correição, com estrutura, organização e atribuições definidas pela Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022.

Cabe à Controladoria auditar a aplicação dos recursos públicos sob a responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, bem como das entidades privadas que gerenciam recursos públicos.

A elaboração deste Plano Orçamentário busca, além de garantir a alocação eficiente e racional dos recursos públicos, atender ao KPA 2.7 – Orçamento Operacional da Auditoria Interna, que estabelece a importância de um planejamento orçamentário formal, consistente e alinhado às prioridades estratégicas da organização, assegurando a disponibilidade de recursos adequados para o desempenho eficaz das atividades de auditoria.

ORÇAMENTO OPERACIONAL DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A missão da Auditoria Interna do Poder Executivo do Estado do Piauí é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo à gestão avaliação, consultoria, insights e previsão independentes, baseados em riscos e objetivos, mediante a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

Auditoria Interna dispõe de mão de obra e insumos essenciais para a execução de suas atividades providos diretamente pela estrutura administrativa da Secretaria da Fazenda, razão pela qual a maior parte das despesas operacionais é custeada pelo orçamento institucional da SEFAZ-PI. Todavia, é possível identificar, mensurar e detalhar despesas específicas que, embora inseridas no orçamento geral da pasta, são diretamente vinculadas às atividades desempenhadas pela SUPCGE, especialmente a auditoria. Por essa razão, tais despesas passam a integrar o Plano Orçamentário da Auditoria Interna, possibilitando planejamento, gerenciamento e monitoramento mais adequado de sua capacidade operacional.

Entre essas despesas encontram-se, principalmente, aquelas associadas ao pessoal (incluindo força de trabalho empregada nas atividades de Auditoria, Monitoramento e

Consultoria/Assessoramento), bem como insumos estratégicos ao desempenho das funções institucionais, tais como recursos tecnológicos, recursos materiais, recursos infraestrutura, capacitações e diárias e passagens.

DESPESAS COM PESSOAL

No tocante às despesas com pessoal, a estrutura de atuação da Auditoria Interna contempla equipes compostas por Auditores Governamentais, incluindo servidores que exercem cargo de gestão, e os que atuam nos órgãos do Poder Executivo, que são os Auditores Setoriais. Para as atividades de Auditoria, Monitoramento e Consultoria/Assessoramento, esses profissionais desempenham funções técnicas que demandam competências específicas, tais como capacidade de análise crítica, visão detalhista, comunicação assertiva, ética, independência, gestão de múltiplas atividades, liderança de equipes e domínio de metodologias de avaliação de riscos, controles internos e governança.

As responsabilidades inerentes ao corpo técnico abrangem o planejamento e execução de auditorias baseadas em riscos, acompanhamento da implementação de recomendações, produção de relatórios técnicos, facilitação de treinamentos, prestação de consultoria especializada, condução de assessoramentos e apoio metodológico à primeira e à segunda linhas da gestão.

O quantitativo disponibilizado para execução dessas atividades, a carga horária total estimada e as atribuições específicas de cada cargo refletem a necessidade de alinhamento da força de trabalho às demandas previstas no Plano Anual de Auditoria e do Plano de Negócios.

TIPO DE TRABALHO	EQUIPE	ORÇAMENTO
AUDITORIA	7 GERENTES + 28 AUDITORES GOVERNAMENTAIS	R\$ 7.292.038,39
MONITORAMENTO	7 GERENTES + 28 AUDITORES GOVERNAMENTAIS	R\$ 728.393,66
CONSULTORIA /ASSESSORAMENTO	1 GERENTE + 13 AUDITORES GOVERNAMENTAIS	R\$ 3.499.993,24

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

GESTÃO DE PESSOAS

13.101.04.122.0109.2500 – R\$ 433.098.416,00

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os investimentos em recursos tecnológicos são fundamentais para assegurar a eficiência operacional, a confiabilidade das informações e o adequado desempenho das atividades de auditoria governamental.

A utilização de sistemas e plataformas especializadas, tais como: Microsoft Office, Windows 11 Pro, SEI, Adobe Acrobat, Redmine, SIAFE-PI, E-Social, Sistema Integrado

de Controle Interno (SINCIN), Sistema Integrado de Gestão de Repasses (SIGRP), SIAPE, Banco de Preços, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sistema de Custos Referência de Obra (SICRO), Tabela de Custos e Insumos Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA-CE) e Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE-SE) — constituem elementos essenciais para garantir o cumprimento da missão da auditoria interna do Poder Executivo do Estado do Piauí, que consiste em aumentar e proteger o valor organizacional por meio de avaliações e consultorias independentes, baseadas em riscos e objetivos, utilizando abordagem sistemática e disciplinada para aprimorar processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

Essas soluções tecnológicas permitem maior precisão na análise de dados, integração entre áreas, rastreabilidade das informações, automatização de rotinas e suporte efetivo à tomada de decisão. Além disso, viabilizam o acesso a bases de referências oficiais de preços e custos, possibilitando auditorias mais consistentes, tempestivas e alinhadas às melhores práticas nacionais.

Assim, a aquisição, manutenção, atualização e expansão dessas ferramentas configuram investimentos estratégicos, indispensáveis para garantir um ambiente de trabalho eficiente, seguro e alinhado às melhores práticas de auditoria governamental. Esses recursos tecnológicos sustentam a qualidade das análises, a rastreabilidade das informações, a confiabilidade dos dados e a celeridade dos processos, contribuindo direta e significativamente para o fortalecimento do controle interno e para a elevação dos resultados entregues pela Administração Pública.

PRODUTO	QUANTIDADE	ORÇAMENTO
Microsoft Office	35	R\$ 12.565,00
Windows 11 Pro	35	R\$ 29.890,00
SEI	-	SEM CUSTO
Adobe Acrobat	35	R\$ 12.205,00
Redmine	-	SEM CUSTO
SIAFE-PI	-	SEM CUSTO
E-Social	-	SEM CUSTO
Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN)	-	SEM CUSTO
Sistema Integrado de Gestão de Repasses (SIGRP)	-	SEM CUSTO
Banco de Preços	12	R\$ 104.220,00
Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)	-	SEM CUSTO
Sistema de Custos Referência de Obra (SICRO)	-	SEM CUSTO
Tabela de Custos e Insumos Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA-CE)	-	SEM CUSTO
Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE-SE)	-	SEM CUSTO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

13.101.04.123.0109.7100 – R\$ 1.000.000,00

RECURSOS MATERIAIS

A adequada execução das atividades de auditoria interna depende diretamente da disponibilidade de infraestrutura material em condições de garantir eficiência operacional, segurança da informação, celeridade na produção de análises e padronização dos processos de trabalho. Nesse sentido, esta proposta orçamentária contempla a aquisição, reposição e manutenção de equipamentos e materiais essenciais ao desempenho das funções institucionais.

O conjunto de recursos materiais previstos inclui notebooks, TVs, suporte para monitor, impressoras monocromáticas e sistemas de projeção. Esses equipamentos são indispensáveis tanto para a realização das auditorias e consultorias, quanto para o processamento de dados, elaboração de relatórios, análises documentais, reuniões técnicas e capacitações internas.

A renovação e modernização do parque tecnológico material evitam obsolescência, reduzem custos decorrentes de manutenções corretivas e asseguram condições de trabalho adequadas aos auditores governamentais, alinhadas às boas práticas de governança, eficiência operacional e continuidade dos serviços. Ademais, a padronização e o dimensionamento correto desses recursos fortalecem a produtividade das equipes, promovem maior confiabilidade das informações processadas e contribuem diretamente para a melhoria dos resultados institucionais entregues à Administração Pública.

Assim, as despesas com recursos materiais apresentam caráter estratégico e estruturante, constituindo insumo indispensável para a plena execução das atividades de auditoria interna e para o cumprimento da missão institucional de agregar valor e aprimorar os processos de governança, gestão de riscos e controles internos do Poder Executivo Estadual.

PRODUTO	QUANTIDADE	ORÇAMENTO
Notebooks	80	R\$ 383.760,00
TV Qled 65, 4K TCL	3	R\$ 9.354,00
Suporte para TV	3	R\$ 51,00
Impressoras monocromáticas	4	R\$ 4.000,00
Sistemas de Projeção	2	R\$ 6.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUÍ - PRODAF/PROFISCO II

13.116.04.123.0109.5003 – R\$ 1.000.000,00

RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Para assegurar condições adequadas de trabalho às equipes técnicas e garantir um ambiente institucional compatível com as exigências das atividades de auditoria interna, é essencial contar com uma infraestrutura física funcional, organizada e alinhada às necessidades da SUPCGE. Embora o ambiente atualmente disponibilizado seja satisfatório e permita o desenvolvimento regular das atividades, verifica-se a necessidade de ajustes e aprimoramentos estruturais que assegurem maior eficiência operacional, conforto organizacional e aderência às boas práticas nacionais e internacionais de auditoria interna.

A estrutura necessária para o pleno desempenho das macrofunções de Auditoria, Consultoria, Monitoramento/Assessoramento compreende: 7 salas com até 5 estações de trabalho, destinadas às equipes técnicas; 7 salas individuais, cada uma equipada com estação de trabalho, para atividades que demandam maior sigilo, concentração ou tratamento de informações sensíveis; 1 Sala de Reuniões/Treinamento, com capacidade para até 30 pessoas, equipada com computador e sistema de projeção; e 2 Salas de Reuniões, igualmente dotadas de computador e sistema de projeção, com capacidade para até 6 pessoas cada.

A consolidação desse conjunto estrutural, com os ajustes e melhorias necessários, representa despesa essencial no Plano Orçamentário, uma vez que ambientes de trabalho adequados impactam diretamente a qualidade das avaliações, a segurança da informação, a produtividade das equipes e a efetividade das entregas à Administração Pública.

Trata-se, portanto, de investimento que sustenta e potencializa o desempenho da Auditoria Interna, contribuindo para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno e para a melhoria contínua dos resultados governamentais.

PRODUTO	QUANTIDADE	ORÇAMENTO
Sala com 5 estações de trabalho	7	R\$ 617.647,00
Salas individuais	7	R\$ 617.647,00
Sala de Reuniões/Treinamento (com computador e sistema de projeção), para até 30 pessoas, .	1	R\$ 88.235,00
Salas de Reuniões (com computador e sistema de projeção), para até 6 pessoas cada	2	R\$ 176.470,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

13.116.04.123.0109.6006 – R\$ 1.500.000,00

CAPACITAÇÕES

As atividades de auditoria interna, consultoria, monitoramento e assessoramento exigem competências técnicas constantemente atualizadas, alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais de controle interno, governança, gestão de riscos e auditoria baseada em riscos.

Nesse sentido, as despesas com capacitações, certificações, cursos, treinamentos e atualizações profissionais constituem investimentos estratégicos e obrigatórios, uma vez que: garantem que os auditores mantenham domínio das metodologias previstas nos normativos da SUPCGE; fortalecem a qualidade das avaliações e recomendações; asseguram conformidade com padrões internacionais; aumentam a maturidade da função de auditoria interna no Governo do Estado; reduzem riscos operacionais decorrentes de falhas técnicas ou desatualização; ampliam a capacidade de resposta diante de temas complexos e emergentes.

Assim, o investimento em desenvolvimento profissional é componente essencial do Plano Orçamentário, vinculando-se diretamente à melhoria dos resultados institucionais e à entrega de valor público.

CAPACITAÇÃO/	QUANTIDADE	ORÇAMENTO
Report - técnicas para elaboração de relatórios	20	44.000,00
Governança Corporativa Pública - Uma abordagem prática de seus mecanismos	5	9.600,00
Auto avaliação de Controles	5	11.000,00
Capacitação para a certificação de Auditoria Interna 1 (Princípios da auditoria interna)	10	35.000,00
Capacitação para a certificação de Auditoria Interna 2 (Prática de auditoria interna)	10	37.000,00
Capacitação para a certificação de Auditoria Interna 3 (conhecimento de negócios de auditoria)	10	39.000,00
Certificação CIA (Certified Internal Auditor)	10	34.060,00
Certificação ISSO 31000	10	18.300,00
Mensuração de impacto social	3	18.436,00
CONBRAI - Congresso Nacional de Auditoria Interna 2026	5	25.000,00

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUÍ - PRODAF/PROFISCO II

13.116.04.123.0109.5003 – R\$ 1.000.000,00

PASSAGENS E DIÁRIAS

A participação dos servidores da SUPCGE em treinamentos, encontros técnicos, reuniões de conselhos de controle interno, câmaras técnicas e eventos de articulação institucional demanda a previsão de despesas com passagens e diárias.

A atuação integrada com redes de controle, a participação em eventos nacionais e estaduais e o alinhamento a boas práticas de auditoria interna dependem de deslocamentos oficiais. Tais viagens permitem o intercâmbio de conhecimentos, o fortalecimento da governança, a harmonização de metodologias e a inserção da SUPCGE em fóruns estratégicos de decisão e coordenação do controle interno.

Dessa forma, as despesas com passagens e diárias configuram investimentos essenciais para o aprimoramento técnico, institucional e normativo da Auditoria Interna Estadual.

ITENS	QUANTIDADE AUDITORES	QUANTIDADE DIÁRIAS/PASSAGENS	ORÇAMENTO
Passagens aéreas – participação em capacitações/eventos	15	21 (CONDERANDO TRECHO IDA/VOLTA)	39.769,00
Diárias – participação em capacitações/eventos	15	16 DIÁRIAS	54.140,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

13101 - SECRETARIA DA FAZENDA

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO PIAUÍ - PRODAF/PROFISCO II

13.116.04.123.0109.5003 – R\$ 1.000.000,00